



Debate

Quem faz de quem?

Polémicas em relação à interpretação de personagens com deficiência, negros ou de origem asiática, LGBT no teatro e no cinema

9 de Abril de 2019

Stephen Hawking interpretado por um actor sem deficiência? Hamlet interpretado por um actor negro? Scarlett Johansson devia ter desistido de interpretar um homem trans? Qualquer actor deve poder interpretar qualquer personagem? Actores brancos, sem deficiência, heterossexuais, deveriam evitar aceitar papéis de personagens com deficiência, negros ou LGBT? Actores não brancos, LGBT, com deficiência devem poder interpretar personagens brancos, heterossexuais, sem deficiência? Estas interrogações têm surgido com maior frequência noutros países e têm criado algumas polémicas. Em Portugal, devemos também interrogar-nos sobre a inclusão destes personagens em guiões para o cinema e a televisão ou em peças de teatro. E ainda, sobre as condições de acessibilidade às escolas de teatro e cinema.

CASTELO BRANCO, Fábrica da Criatividade

Convidados: **Afonso Fontão**, Produtor Audiovisual na ST Arte; **Graça Passos**, CENTA – Centro de Estudos de Novas Tendências Artísticas

Moderadora: **Vera Kalantrupmann**, Actriz

Em colaboração com a associação **Terceira Pessoa**

ÉVORA, Direcção Regional da Cultura do Alentejo

Convidados: **Ana Luena**, Professora, Encenadora e Dramaturga; **Catarina Caetano**, Actriz e Encenadora

Moderador: **Leonel Alegre**, Acesso Cultura

FARO, Ruínas Romanas de Milreu, Estoi

Convidados: **João Evaristo**, Actor; **Luísa Monteiro**, Encenadora; **Paulo Moreira**, Actor

Moderadora: **Adriana Nogueira**, Direcção Regional da Cultura do Algarve

FUNCHAL, Cine-Teatro Santo António

Convidados: **Fábio Ferro**, Actor; **Filipe Luz**, Actor e Professor de Teatro; **Maria José**

Assunção, Contigo Teatro

Moderadora: **Marta Cília**, jornalista

LISBOA, Atelier-Museu Júlio Pomar

Convidados: **Alice Azevedo**, actriz e activista; **David Antunes**, Escola Superior de Teatro e Cinema; **Marco Paiva**, Terra Amarela; **Miguel Sermão**, actor

Moderadora: **Rita Tomás**, Comunicação Cultural

PORTO, Museu e Igreja da Misericórdia do Porto

Convidados: **Cláudia Marisa**, Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo (ESMAE); **Nuno Silva**, S.O.S. Racismo e MICAR – Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista; **Sérgio Nogueira**, Teatro amador; **Telmo Fernandes**, Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo

Moderadora: **Cláudia Almeida**, Consultora em Comunicação

Interpretação em Língua Gestual Portuguesa: **Cláudia Braga** (uma colaboração com a Associação LAREDO)

VN Famalicão, Galeria Municipal Ala da Frente

Convidados: **Helena Machado**, ACE – Escola de Artes; **Frankão**, músico e autor de projectos de intervenção comunitária; **Gabriela Lima**, realizadora da curta-metragem *Love Life*; **Mickael de Oliveira**, dramaturgo e investigador

Moderador: **Filipe Gaspar**, grupo de teatro comunitário Pé no Charco

RESUMO

Qual é a questão? Porquê este debate?

- Uma das participantes desta conversa relatou que, para o seu “coming out”, a representatividade nas séries de televisão e cinema teve um papel fundamental. A arte é uma referência e pode ter um efeito altamente renovador no posicionamento de cada um no mundo.
- O tema foi considerado pertinente para intervenientes fora do meio teatral, uma vez que os actores devem interpretar todo o tipo de personagens, não obedecendo a uma estratificação e/ou categorização.
- Encenadores que não tinham pensado aprofundadamente nestas questões, porque não tiveram que lidar com elas no seu trabalho.

Quem faz de quem? Quem pode fazer de quem?

- Espaços de representatividade não dependem de características físicas ou de orientação sexual.
- As obras artísticas não deveriam estar “presas” apenas ao conceito de papel realista e, idealmente, “todos/as devem poder fazer de todos/as”.
- No entanto, essa premissa resulta invariavelmente em cenários em que são sempre os/as mesmos/as quem têm a oportunidade de “fazer de todos”.

- A liberdade da criação artística (dramaturgia, interpretação) dita as escolhas dos intérpretes (por exemplo), de acordo com o resultado/ objecto artístico. Ou seja, não haveria questionamento quanto a quem faz de quem, ou como, apenas a opção do criador.
- O impacto de um heretossexual interpretar um transexual está relacionado com o trabalho árduo envolvido na construção do personagem. Afinal de contas, os actores interpretam personagens. Caso contrário seria somente um documentário.
- Se for um actor negro/ a fazer uma personagem negra, um actor homossexual a interpretar uma personagem homossexual ou um cego a interpretar uma personagem cega, ainda é representação (acting)? Ou é documentário?
- Até que ponto a exigência de representatividade promove a discriminação?

- Escolher um actor de etnia diferente do intérprete habitual para um papel pode (deve?) ser intencional: para provocar discussão, reflexão ou simplesmente romper um padrão.
- A ideia de que escolher, por exemplo, uma actriz negra para interpretar Hamlet, podem ter diversos objetivos, como por exemplo tocar o público e trazer para reflexões, ainda que surjam críticas, ou até mesmo uma escolha de cunho dramaturgo e artístico. E porque não somente pela competência?
- Há necessidade de haver um espaço de autoria para as minorias;
- Temos também intérpretes sem formação artística e que não dominam as técnicas mais convencionais do teatro (ver Crinabel Teatro), mas que produzem obras independentemente disso.

- A visibilidade de uma interpretação por um actor de características que não são as geralmente apresentadas, dá visibilidade a esta questão, de representatividade, o que é em si também uma função da natureza artística: e intervenção social.
 - Representatividade: constata-se que não há diversidade habitual ou generalizada nos palcos ou ecrans (seja étnica, funcional ou de género) - e mesmo nos nossos debates
 - Há a necessidade de maior diversidade e representatividade na formação de actores e outros profissionais do teatro e cinema, na dramaturgia (criação e características de personagens) e na escolha de actores que são contratados.
 - Há associada uma questão de poder: quem decide como é caracterizado uma personagem com determinada característica específica? Quem decide quem interpreta? - em Portugal, os decisores tendem a perpetuar estereótipos?
-
- Focando o assunto um pouco mais nos actores de pele negra, o debate acendeu um pouco em relação ao actual modelo económico e à imposição do mercado. Foi importante relembrar que isso acontece com latinos e asiáticos também. Apesar de hoje em dia não acontecer com frequência o *blackface*, temos uma visão exactamente igual da prática. Actores não brancos ainda são excluídos e ridicularizados no meio televisivo e cinematográfico, onde as minorias são representadas de forma híper estereotipada e com actores brancos a interpretar bons personagens sendo que existem imensos actores não brancos com o mesmo talento ou superior. Um dos intervenientes apelou à necessidade de rever os modelos de pobreza, aferir quem compra a arte e para quem é produzido o teatro, o cinema e até a música.
 - Em relação ao blackface, em tempos e perante a escassez de intérpretes negros em Portugal, talvez pudesse existir uma lógica nisso. Mas a realidade actual esvazia a lógica dessas práticas. Além disso, um intérprete negro quer que lhe seja estendida a hipótese de “transgredir” (ou seja, de não ficar preso a papéis realistas).
 - No Brasil, na área do cinema, as estatísticas são demolidoras: no total de filmes produzidos num ano, cerca de 85% dos actores são brancos e 96% dos realizadores são homens brancos.

Esta é a história de quem? Contada por quem?

- Só não há mais peças e guiões sobre pessoas não normativas porque há falta de ousadia artística.
- Se não houver um número significativo de artistas e performers destes grupos, as escolhas dos diretores e encenadores ficam limitadas, o que também contribui para a falta de representatividade.
- Será legítimo intérpretes ou criadores/as produzirem discursos artísticos sobre questões identitárias?
- Há uma constante tentativa de capitalização por terceiros das emoções e experiências de vida de outros, quase como se de uma matéria-prima se tratasse, mas que essa mesma capitalização é velada. Por exemplo, uma mulher trans participou no casting para um papel de uma mulher trans e não ficou com o papel porque “não parecia suficientemente uma mulher trans”.

Barreiras

- A violência relativa à competitividade entre pares remete muitas vezes para segundo plano questões como as lançadas pelo tema.
- A discriminação ocorre devido às leis do mercado.
- O ensino artístico em Portugal não está vocacionado para a inclusão, em particular, de pessoas com deficiência. A escola é uma estrutura difícil de mudar e a sua mudança estrutural ocorre quando há pressão externa.

- Uma pessoa surda não foi admitida na Escola Superior de Teatro e Cinema porque não se poderia garantir um intérprete, para além da admissão estar dependente de provas de corpo e de voz. Várias pessoas da audiência sugeriram olhar para exemplos de outras escolas internacionais, promover outros currículos (que não dependam apenas de provas de corpo ou de voz). Houve quem tivesse lembrado que não era a aluna que necessitava de intérprete de LGP, mas sim a própria escola.
- Nas escolas de teatro/ representação, falta acessibilidade física (elevadores, intérpretes LGP), o que é em si uma barreira primeira, que condiciona outras “acessibilidades” que existam a posteriori. (Na ESMAE existe intérprete LGP que acompanha alunos, por exemplo)
- O problema não está apenas na escolha do actor/performer com características certas para a personagem certa. O problema está também na presença reduzida de pessoas de grupos não normativos nas outras áreas: dramaturgos, programadores culturais, equipas técnicas, etc...

Caminhos

- Como corrigir a falta de representatividade? Quotas? Programas específicos para determinados grupos que habitualmente ficam de fora? Companhias que se identificam como “inclusivas”?
- A criação de quotas é importante ainda que parece uma imposição, mas que já aconteceu ou ainda acontece de forma bem-sucedida, na luta feminista, por exemplo.
- As quotas também não serão uma forma de tokenism que não revertem para uma mudança estrutural da sociedade?
- O teatro tem ou não legitimidade ou obrigatoriedade de criação de cotas representativas? É um assunto delicado. A liberdade criativa do actor não deverá ser castrada ou o resultado em si poderá ser também comprometido. Por outro lado, de acordo com a opinião de alguns presentes esse espaço de inclusão deverá existir mas não como uma imposição.
- As políticas culturais - o Estado - tem a função de promover atitudes democráticas, de acordo com a CRP que consagra a igualdade de direitos; as políticas públicas são tidas como essenciais, porque são estruturantes, incentivando através de quadros legais favoráveis como incentivos, obrigatoriedade de cumprimentos de requisitos, como por exemplo as quotas, ou criação de programas integrados no currículo escolar, apoio a espaços ou colectivos que promovam a educação social nesse sentido, etc.,.
- As Políticas Culturais brasileiras estimulam a participação activa de negros nas manifestações artísticas, abrindo o espaço e o olhar para todos, e promovendo a igualdade racial.
- Um tema transversal ao debate também foi a discussão acerca das Políticas públicas como sendo vistas como responsabilidade do Estado, sendo que todos nós (sociedade) construímos e temos voz (ou deveríamos ter) nas decisões do Estado.
- É fundamental, a par de políticas públicas, o envolvimento da sociedade civil, em termos individuais e colectivos; uma participação activa.
- Muitas mudanças que vemos no Brasil tem a pressão popular como uma ferramenta muito forte e representativa. Como manifestações sociais, nas ruas, por exemplo.
- A Ancine (Agência Nacional do Cinema - Brasil) publica dados relacionados as mudanças que ocorreram nos últimos anos, como por exemplo a respeito do lugar da mulher, no cinema e os papéis que interpretam.
- Falarmos sobre lugares na sociedade que não são nossos, como por exemplo preconceito racial, e como é importante ter a participação de todos em debates, para podermos ouvir o posicionamento de quem sofre o preconceito. É como um homem falar sobre feminismo, não parece caber, por aquele não ser o lugar de fala dele. Isso não impede de termos opiniões e reflexões acerca das questões, inclusive devemos todos pensar e tentar modificá-las.

- A educação é um tema recorrente, como o lugar onde se podem “prevenir” preconceitos, promover a cidadania, para a diversidade ser “naturalizada” e valorizada.
- Foi praticamente impossível debater este assunto sem mencionar a educação, criticando a abordagem da História num contexto unilateral chegando-se a propor uma nova abordagem pedagógica na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em conjunto, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.
- A liberdade criativa dos encenadores e diretores não deve ser limitada. Em princípio, qualquer actor deveria poder representar qualquer papel mas, idealmente, deveria haver igualdade de oportunidades para todos, o que ainda não acontece. Para além disso, o teatro e as artes performativas, tanto na escolha dos actores/performers, como das personagens que apresentam, devem procurar ser representativos da sociedade e evitar a perpetuação de estereótipos. Mais do que censurar determinadas escolhas por se considerarem politicamente incorretas, idealmente, deveriam ser criadas condições para que todas as escolhas fossem possíveis.
- **Mais para o fim do debate, após participação do público, foi notável o quanto a diversidade que não estava nítida no início, começou a ser evidenciada, e o quanto nem sempre a diversidade é vista da forma que pensamos, como pela cor da pele, ou por notar uma deficiência física, por exemplo.**